

Fundação Getulio Vargas

01/07/2012

Revista Conjuntura Econômica - SP

Tópico: EPGE

Editoria: Conjuntura

Pg: 24

Austeridade *versus* Crescimento

Fernando de Holanda Barbosa

Austeridade fiscal *versus* crescimento econômico tornou-se um tema importante no debate de política econômica europeia. A chanceler alemã Angela Merkel seria a capitã do time da austeridade, enquanto o presidente francês François Hollande regeria a orquestra do crescimento. Será que existe uma escolha entre austeridade e crescimento? Ou, o problema é de outra natureza, isto é, quem vai pagar a conta?

A palavra austeridade tem certa conotação pejorativa, por talvez implicar fazer alguma coisa que não seria necessária. A palavra mais adequada seria disciplina fiscal, significando dizer que o governo somente deveria gastar de acordo com sua capacidade de pagar, seja arrecadando impostos ou tomando emprestado. Muitos países, como o nosso no passado, e a Grécia atualmente, não seguiram esse preceito e quebraram. Aqui, no Brasil, títulos do governo viraram moeda podre, e a Grécia ficou de pires na mão, tendo que se submeter à tutela da Troika, formada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a União Europeia (EU) e o Banco Central Europeu (BCE).

Quando não existe mais a possibilidade de tomar emprestado, somente resta a alternativa de cortar gastos e aumentar impostos. Que tipo de gastos cortar, consumo ou investimento? A pressão dos grupos de interesse da população é pela preservação dos gastos de consumo (salários de funcionários, previdência etc.) que beneficiam

as gerações presentes, em detrimento das gerações futuras que serão afetadas pelo corte dos investimentos. Qualquer que seja a combinação de corte nos gastos e aumento de impostos o ajuste fiscal será recessivo no curto prazo.

Que fazer para que não haja recessão? Ou, se houver, que fazer para que ela seja breve e pequena? A saída seria um ajuste permanente no consumo do governo que mantivesse a saúde das contas públicas no longo prazo, combinado com um aumento transitório dos gastos com investimentos que evitasse o sofrimento de curto prazo e permitisse maior crescimento do produto no longo prazo. O problema dessa estratégia é que ela necessita de alguém que financie o programa (transitório) de investimentos. Quem vai botar a mão no bolso? Portugal, Espanha e Itália não estão em condições de ajudar ninguém. A França gosta de sair bem na foto, mas parece que não tem folga no seu orçamento. Sobra para a Alemanha. O contribuinte alemão está disposto a pagar a conta?

O ajuste fiscal doméstico e o programa transitório de investimentos requerem soluções políticas. O primeiro, no âmbito doméstico, de distribuir o custo pelos vários grupos da sociedade. O segundo, no âmbito externo, de criar mecanismos para financiar investimentos que permitam um ajuste fiscal menos doloroso no país que não teve disciplina fiscal. A engenharia política não é uma tarefa fácil porque cada um quer manter sua fatia no bolo, esperando que a conta seja paga pelo vizinho.

A situação brasileira é bem diferente de alguns países europeus. Aqui há disciplina fiscal e as contas públicas estão arrumadas. Todavia, o crescimento econômico de longo prazo está numa faixa próxima dos 4% ao ano. Que fazer para aumentar essa taxa? Reduzir de forma permanente a proporção do consumo do governo, aumentando a proporção do investimento público. Essa política aumentaria a taxa de investimento da economia, permitindo um aumento da taxa de crescimento do produto potencial. Todavia, como na Europa, essa mudança esbarra num problema político: quem pagaria a conta? ■

Fernando de Holanda Barbosa é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV